



COMSEA
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL
CARAGUATATUBA-SP

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE CARAGUATATUBA

Lei Municipal nº 2.253, de 12 de novembro de 2015.

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA nº 008
GESTÃO 2025 A 2027**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às 14h, se reuniram de forma presencial, a partir da sala de reuniões da Casa dos Conselhos Municipais, sito a Avenida Rio de Janeiro, nº 821, bairro Indaiá, Caraguatatuba/SP, reuniram-se os membros do COMSEA, gestão 2025 a 2027, para realização da oitava reunião ordinária do colegiado, estando presentes as(os) Conselheiras(os): Maria das Mercês Rojas Marin Serra, Cíntia Franciele Araújo, Lilian Gleicy Ehrlich, Natalia Garcia, Alexandra Damaso Fachini, Cecília Maria Guarnieri, Claudio Benedito Guarnieri, Janaina Fortunato Santana, Miriã da Silva Alexandre. Justificaram ausência os(as) conselheiros(as): Karen Fernandes da Costa Faria, Ladisla Coelho Crispim dos Santos, Ivone de Souza Miranda, Elaine Moreira Avelar e Claudio Roberto Pião. Presente também o Secretário Executivo do COMSEA: Eduardo Andrade, juntamente a Sra. Laura Chiziane, assessora de gestão. Tendo verificado a existência de quórum suficiente para início da reunião, a presidente, Sra. Maria das Mercês Rojas, deu início aos trabalhos, cumprimentando e dando boas-vindas a todos os presentes. Aberta a reunião, após as saudações iniciais aos presentes, a conselheira Cíntia Araújo iniciou os informes comunicando sobre o **programa Alimenta Cidades**, iniciativa do Governo Federal voltada ao fortalecimento das políticas de segurança alimentar nos municípios por meio de trilhas de orientação técnica. Informou que o município de Caraguatatuba encaminhou a documentação necessária para participação no programa no início do mês de fevereiro e, em resposta recebida em 07 de fevereiro de 2026, foi considerado elegível para participação, estando entre os municípios selecionados para integrar a iniciativa. Esclareceu que o programa prevê a participação de representantes municipais em trilhas de conhecimento relacionadas à segurança alimentar e nutricional, com duração aproximada de um ano, envolvendo capacitações e intercâmbio de informações. Informou ainda que representarão o município nessa atividade a própria conselheira Sra. Cíntia Araújo, pela área da Assistência Social, e a conselheira Sra. Cláudia, representando a área de Meio Ambiente. Ressaltou que todas as informações, aprendizados e orientações obtidas no decorrer da participação serão posteriormente compartilhadas com o Conselho. Na sequência, foi apresentado informe acerca do **processo de adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)**. Foi informado que toda a documentação necessária para adesão já foi encaminhada e encontra-se atualmente em análise pela Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo. Após a análise estadual, o processo será encaminhado ao Governo Federal para validação da adesão. Foi destacado que a integração ao SISAN é fundamental para o município, pois possibilita a participação em editais e programas federais voltados à segurança alimentar, tais como implantação de cozinhas comunitárias, restaurantes populares, bancos de alimentos e programas de aquisição de alimentos, ampliando assim as possibilidades de captação de recursos e fortalecimento das ações no município. Durante os informes, também foram mencionadas iniciativas e equipamentos relacionados à política de segurança alimentar no município, como o funcionamento da cozinha experimental utilizada em cursos e atividades formativas, bem como a possibilidade de utilização desses espaços para futuras ações educativas e capacitações voltadas à população. Ainda no campo dos informes, a conselheira Sra. Cíntia Araújo relatou sobre a **publicação da Portaria nº 1.148/2026 do Governo Federal, referente ao Protocolo Brasil Sem Fome**, que previa apoio

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



COMSEA
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL
CARAGUATATUBA-SP

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE CARAGUATATUBA

Lei Municipal nº 2.253, de 12 de novembro de 2015.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA nº 008

GESTÃO 2025 A 2027

técnico e institucional a municípios com maior risco de insegurança alimentar grave. Informou que Caraguatatuba figurava entre os municípios identificados com esse perfil e que houve interesse do município em aderir à iniciativa, tendo inclusive sido encaminhada análise jurídica para viabilizar a adesão. Entretanto, explicou que a participação dos municípios estava condicionada à adesão prévia dos estados da federação, os quais deveriam aceitar a recepção e apoio logístico aos técnicos responsáveis pela implementação do protocolo. Foi então divulgado que o Estado de São Paulo não aderiu ao programa, assim como os estados de Rondônia e Santa Catarina, impossibilitando a participação dos municípios paulistas na iniciativa. Diante disso, foi esclarecido aos conselheiros que a não participação do município no referido protocolo não ocorreu por decisão local, mas em razão da não adesão do governo estadual, fator que inviabilizou a continuidade do processo. Após os informes apresentados, os conselheiros iniciaram discussões acerca dos desafios estruturais das políticas públicas de segurança alimentar, destacando a necessidade de maior mobilização social, articulação entre os entes federativos e fortalecimento da atuação dos conselhos na defesa dessas políticas. Dando continuidade à reunião, os conselheiros passaram a debater as **implicações da não adesão do Estado de São Paulo ao Protocolo Brasil Sem Fome**, ressaltando que decisões políticas em âmbito estadual e federal acabam impactando diretamente os municípios e, conseqüentemente, a população em situação de vulnerabilidade. Foi mencionado que, muitas vezes, a divergência entre posicionamentos políticos institucionais prejudica a implementação de políticas públicas necessárias à população. Durante o debate, conselheiros destacaram que a política de segurança alimentar ainda carece de maior financiamento e estruturação no país, sendo frequentemente implementada por meio de editais ou programas específicos, e não por meio de financiamento contínuo, como ocorre em outros sistemas consolidados de políticas públicas. Nesse sentido, reforçou-se a importância da mobilização social e da atuação dos conselhos para fortalecer a pauta da segurança alimentar e pressionar por avanços institucionais. Foi enfatizado que o Conselho possui papel fundamental na construção dessas políticas, sendo espaço de articulação entre poder público e sociedade civil. Alguns conselheiros relataram experiências em conferências e encontros realizados em outros municípios e estados, destacando a relevância desses espaços de participação social para o debate e formulação de propostas. Também foram apontadas dificuldades relacionadas à integração entre diferentes secretarias municipais e setores da administração pública. Os participantes relataram que, muitas vezes, **as ações relacionadas à segurança alimentar acabam sendo desenvolvidas de forma fragmentada entre áreas como assistência social, saúde, educação, agricultura e meio ambiente, o que dificulta a implementação de estratégias integradas**. Nesse contexto, a conselheira Cíntia Araújo ressaltou a importância de fortalecer a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional no município, que já está prevista formalmente, porém ainda necessita de consolidação prática por meio da realização de reuniões, definição de seu regimento interno e articulação entre os gestores das diferentes secretarias envolvidas. Foi destacado que a consolidação dessa instância de gestão é fundamental para o planejamento e implementação das políticas públicas de segurança alimentar no município, especialmente considerando a necessidade de integração entre diferentes áreas da administração. Na sequência, os conselheiros também discutiram a importância de ampliar o diálogo com a população e fortalecer

2009

M. L. S. A.

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA nº 008
GESTÃO 2025 A 2027**

os espaços de participação social. **Foi sugerida a realização de pré-conferências de segurança alimentar em diferentes regiões do município, com o objetivo de aproximar o Conselho das comunidades e ouvir as demandas locais, contribuindo para a organização de uma futura conferência municipal.** Durante o debate, foi ressaltado que a participação popular nos espaços institucionais tem diminuído ao longo dos anos, sendo necessário desenvolver estratégias de mobilização e divulgação para ampliar o envolvimento da população nas discussões sobre políticas públicas. Os conselheiros destacaram ainda a importância de promover ações educativas junto à comunidade, esclarecendo o conceito de segurança alimentar e nutricional, que vai além da simples distribuição de alimentos, abrangendo também aspectos como acesso regular a alimentos de qualidade, promoção da saúde, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e autonomia das famílias. Nesse sentido, **reforçou-se a necessidade de ampliar parcerias entre secretarias, instituições e entidades da sociedade civil**, de modo a fortalecer iniciativas voltadas à educação alimentar, capacitação profissional e geração de oportunidades para a população. Prosseguindo com as discussões, foi abordada a necessidade de ampliar a compreensão da população e também dos próprios setores da administração pública acerca do conceito de segurança alimentar e nutricional. Foi destacado que, muitas vezes, **a política de segurança alimentar é equivocadamente associada apenas à concessão de benefícios ou distribuição de alimentos, quando, na realidade, trata-se de uma política pública mais ampla, voltada à garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais.** Nesse sentido, os conselheiros ressaltaram que as políticas de segurança alimentar devem buscar principalmente promover autonomia e condições para que as famílias tenham acesso digno à alimentação, por meio de estratégias como fortalecimento da agricultura familiar, incentivo à produção local de alimentos, capacitação profissional, geração de renda e educação alimentar e nutricional. Durante o debate, foi ressaltada a importância da integração entre as diversas políticas públicas municipais, especialmente nas áreas de assistência social, saúde, educação, agricultura, meio ambiente e vigilância sanitária, de forma a construir ações articuladas e mais efetivas. Alguns conselheiros compartilharam experiências de parcerias entre setores, destacando que o diálogo e a cooperação entre equipes podem contribuir significativamente para a melhoria das ações desenvolvidas no território. Também foi discutida a importância de ampliar a presença do Conselho nas comunidades e nos bairros do município, aproximando as discussões da realidade da população. Foi sugerida a realização de atividades informativas e encontros comunitários, de modo a apresentar o papel do Conselho e promover orientações sobre alimentação saudável, segurança alimentar e direitos sociais relacionados à alimentação. Na sequência, a conselheira Cíntia apresentou **informes sobre ações e atividades programadas para o mês de março no âmbito do Banco de Alimentos.** Foi informado que, no dia 06 de março, será realizada uma roda de conversa sobre alimentação e saúde da mulher, no período das 14h às 16h, nas dependências do Banco de Alimentos. A atividade será aberta ao público, sem necessidade de inscrição prévia, visando ampliar a participação da comunidade. Foi informado ainda que o curso de manipulação de alimentos, destinado a pessoas que trabalham com produção ou comercialização de alimentos, passará a ter carga horária mínima de oito horas, conforme atualização da legislação sanitária vigente. Em razão dessa alteração, o

    



COMSEA
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL
CARAGUATATUBA-SP

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE CARAGUATATUBA

Lei Municipal nº 2.253, de 12 de novembro de 2015.

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA nº 008
GESTÃO 2025 A 2027**

curso será realizado em dois dias consecutivos, sendo que a participação integral será requisito para emissão do certificado. A próxima edição do curso está prevista para os dias 19 e 20 de março, no período das 9h às 13h, sendo realizada nas instalações do Banco de Alimentos, que recentemente recebeu melhorias estruturais, incluindo a instalação de sistema de climatização, proporcionando melhores condições para a realização das atividades. **Durante os informes, também foram esclarecidas dúvidas relacionadas às normas sanitárias aplicáveis a atividades de manipulação de alimentos, especialmente no caso de comércio ambulante, destacando-se a importância de observar as orientações da Vigilância Sanitária quanto às condições adequadas de armazenamento, manipulação e higiene dos alimentos.** Nada mais havendo a tratar, foram realizados os encaminhamentos finais e reforçada a importância da continuidade do trabalho conjunto entre os conselheiros e as instituições representadas no Conselho para o fortalecimento das políticas de segurança alimentar no município. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata de n. 008, que, após lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.


Maria das Mercês Rojas Marin Serra
(Presidente)


Cíntia Franciele Araújo
(Secretária)


Lilian Gleicy Ehrlich


Cecília Maria Guarnieri


Natalia Garcia


Claudio Benedito Guarnieri


Alexandra Damaso Fachini


Janaina Fortunato Santana


Eduardo Andrade
(secretário executivo)


Miriã da Silva Alexandre